

Do Cruzado à moratória: uma análise da heterodoxia econômica da Nova República através dos pronunciamentos do presidente José Sarney

*From Cruzado Plan to the Moratorium: an analysis of the
economic's heterodoxy of New Republic through the President
Jose Sarney's speeches*

Ivan Colangelo Salomão*

Resumo

A trajetória política de José Sarney respondeu por um dos principais motivos de sua fragilidade quando assumiu a Presidência da República. Inserido no momento histórico do ocaso do regime militar, o presidente eleito na chapa oposicionista colheu a hostilidade das ruas e a indiferença do *establishment* político. Ciente de que não contaria com o apoio da classe política nem da sociedade brasileira, Sarney tratou de fazer do Plano Cruzado, primeiramente, e da negociação da dívida externa, um ano depois, suas principais bandeiras políticas. Ainda que tenha alcançado picos pontuais de popularidade, Sarney entrou para a história contemporânea do Brasil como um dos presidentes mais deslegitimados a concluírem o mandato.

Palavras-chaves

Legitimidade. José Sarney. Plano Cruzado. Moratória.

Abstract

José Sarney's political career is one of the main reasons for his weakness when he assumed the presidency. Housed in the historic moment of the decline of the military regime, the president elect in the opposition plate reaped the hostility of the streets and the indifference of the political establishmet. Knowing he could not

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS). Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE-UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS). Contato: <ivansalomao@gmail.com>.

count on the support of the political class nor the Brazilian society, Sarney tried to make the Cruzado Plan, first, and external debt negotiation, a year later, its main political banners. Although he has achieved occasional peaks of popularity, Sarney joined the contemporary history of Brazil as one of the most delegitimized presidents to complete the mandate.

Keywords

Legitimacy. Jose Sarney. Moratorium.

Introdução

O momento histórico e a conjuntura política em que José Sarney assumiu a Presidência da República, em 15 de março de 1985, contribuíram decisivamente para que severa crise de legitimidade pairasse sobre os cinco anos de seu mandato. Candidato a vice-presidente da chapa vitoriosa na eleição indireta, Sarney – um político cujo nome evocava identificação imediata com os governos discricionários – carecia não apenas da legitimidade que não lhe fora conferida pelas urnas, mas principalmente daquela decorrente de sua condição de baluarte do partido de sustentação do regime autoritário (Arena), ao qual o seu novo partido oferecera oposição ferrenha.

Desamparado pelas lideranças políticas, Sarney procurou nas ruas o apoio imprescindível a um governante deslegitimado. A adoção de medidas econômicas de repercussão popular foi, portanto, a maneira pela qual o presidente tratou de conferir popularidade ao seu governo. A primeira e mais importante delas foi o lançamento do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986. Exitoso em seu objetivo político, o sucesso inicial do plano heterodoxo de estabilização elevou Sarney à efêmera condição de estadista durante oito meses, período em que atingiu os mais elevados níveis de aprovação já auferidos por um presidente brasileiro.

Após o naufrágio do plano fugaz, o presidente encontrou nos entraves impostos pelos credores da dívida externa sua nova causa interna. Com efeito, o grau de deterioração das contas do balanço de pagamentos a que se chegou no início dos anos 1980 não havia encontrado paralelo até então na história republicana. A política econômica durante os últimos anos do regime militar limitara-se a gerir, da maneira menos onerosa possível, os reveses impostos pela crise internacional.

A lógica de se arcar com custos tão elevados quanto os decorrentes de uma moratória externa não carecia, portanto, de um acurado cálculo político. A esperada retaliação externa não influenciaria a decisão diante da sua necessidade de galgar o apoio dos políticos e da população. É neste

sentido que se justifica a racionalidade política subjacente a medidas heterodoxas de ampla ressonância junto à opinião pública.

Utilizando-se do procedimento metodológico de análise dos discursos, este trabalho tem por objetivo alargar o entendimento acerca das razões que levaram um presidente conservador a chancelar medidas econômicas heterodoxas. Para tanto, dividiu-se o artigo em quatro partes, além desta breve introdução. Na seção dois, discorre-se acerca dos discursos durante o período em que ocupou a Presidência da República (1985-1990). A seguir, abordam-se os diversos pronunciamentos relativos à heterodoxia de suas medidas econômicas, proferidos após deixar o cargo e tornar-se senador. Por fim, tecem-se as considerações finais.

O discurso presidencial: cálculo e poesia a favor de uma causa

O estudo do discurso de autoridades públicas muito tem a oferecer além da retórica eleitoral. Os discursos presidenciais, em especial, revelam – ora de modo explícito, ora de forma escamoteada, a depender do palco e do público em que são proferidos – intenções e compromissos que permitem ao analista problematizar as ações do governo sob o ponto de vista da intencionalidade. Além disso, cria sentidos e conceitos abstratos fundamentais para a compreensão da realidade.

A análise de discurso passou a auferir determinado nível de sistematização metodológico para justificar a constituição de uma agenda de pesquisa científica a partir da segunda metade do século XX. Área do saber humano que se equilibra entre a linguística e as demais ciências sociais, a análise não se restringe à interpretação em si de textos, falas e discursos. De acordo com Mazzola, os analistas de discursos devem ater-se ao objeto “além da frase”, ou seja, deve-se atentar à “articulação entre o material linguístico e seu exterior.” Para o autor, a análise de discurso procura “compreender a produção de sentidos em uma sociedade.”¹

A proximidade que o discurso guarda em relação à ideologia a ele subjacente exige análise conjugada dos dois fenômenos. Conforme sugere Pinto², trata-se de dois conceitos que contribuem para a problematização recíproca, uma vez que “suas presenças em um mesmo modelo provoca uma tensão, onde o conceito de ideologia pede sua

¹ MAZZOLA, Renan B. Análise do discurso: um campo de reformulações. In: MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaina de J. (Org.) *Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 9.

² PINTO, Regina Célia J. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 15.

redefinição.” Nas palavras de Orlandi³, a análise de discurso se pratica “pelo deslocamento de regiões teóricas e se faz entre terrenos firmados pela prática positivista da ciência.” É nesse sentido que Chauí⁴ afirma que o “discurso pode ser considerado uma exteriorização da ideologia”, tornando-se, assim, a forma com que um conjunto de ideias se manifesta diante de um fato concreto.

No que se refere ao discurso político, evidencia-se a obrigatoriedade do embate de ideias que o justifique. De acordo com Pinto, seu objetivo é “vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados”, sendo a necessidade intrínseca de persuasão uma de suas principais especificidades. A autora qualifica essa contraposição, porém, ao afirmar que o discurso político “necessita, como nenhum outro, de interpelar construindo”. Para a analista, deve-se esta condição imperativa ao fato de que o discurso político “só exerce poder pela identificação, pela adesão espontânea.”⁵

Nesse sentido, os pronunciamentos do presidente José Sarney fazem-se particularmente relevantes não apenas pelo momento nevrálgico da história brasileira em que foram enunciadas suas palavras, mas principalmente pelas revelações de importância historiográfica que a longevidade de sua carreira política viriam a evidenciar tempos mais tarde. O menosprezo oferecido a este tipo de documento é condenado por Faoro⁶, para quem “nós temos a tendência de não estudar os discursos, os escritos de quem está no poder. A tendência que nós temos é achar que aquilo é realizado para efeito meramente eleitoral, ocasional, não tendo maior significação. Eu acho que deve ser feito esse exame sobre os discursos de Sarney.”

Em análise focada no discurso de José Sarney quando do lançamento do Plano Cruzado, Pinto⁷ revela a necessidade do presidente de aproximar-se da população através de um artifício retórico caro aos líderes que se pretendem populares: a constante utilização do pronome pessoal em primeira pessoa. Sarney apresentou-se como o grande enunciatador do plano, tratando de personificá-lo a fim de vender-se como seu mentor único e responsável direto: foi o “eu” que geriu o projeto, que investiu o povo da função de fiscal e que o convocou a tornar-se

³ ORLANDI, Eni. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001. p. 3.

⁴ CHAUI, Marilena de S. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁵ PINTO, Regina Célia J. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 36.

⁶ FAORO, Raymundo. *A democracia traída*. Entrevistas. São Paulo: Globo, 2008. p. 38.

⁷ PINTO, Regina Célia J. *Com a palavra o senhor presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989.

cidadão⁸. Torna-se clara a pretensa assunção de poder e legitimidade imbuída em suas palavras, pois somente pode investir e convocar quem tem autoridade para tal.

A tentativa de imprimir seu nome sobre as medidas de ampla aceitação popular vai ao encontro do julgamento de Faoro⁹ acerca de seu governo. Para este autor, Sarney “vivia de ibope. Se o ibope fosse zero, o governo dele não existia, era um governo de uma grande precariedade [...]. Se o ibope desse amanhã taxa zero, ou o Sarney teria um infarto na mesma hora ou ele não seria mais o governo. Ele vivia do precário, do expediente, vivia do dia a dia.”

Faz-se oportuno ressaltar a obediência do deslocamento no jogo de palavras do presidente em relação aos diferentes públicos-alvo. Se nas vezes em que se dirigiu à população o “eu” ocupou posição central em seus pronunciamentos, o mesmo não ocorreu, por exemplo, na reunião com os governadores realizada em março de 1986. Diante de seus pares, Sarney refere-se ao governo através do “nós”, em claro indicativo de que almejava a adesão também da classe política – em época em que os fatos bônus oferecidos pelo sucesso do Plano Cruzado granjeavam aliados de todos os setores sociais –, paralelamente à utilização da tática retórica de atrair a população.

Essa estratégia dual pode ser claramente observada nos pronunciamentos anteriores à decretação da moratória da dívida externa. Seus discursos devem ser analisados, dessa forma, sob a luz dos eventos políticos e econômicos ocorridos no período. O otimismo panfletário e a sobrevalorização de feitos não se fizeram ausentes, sendo reforçados, neste caso, por um linguajar poético e uma redação escorregada.

No que concerne à questão da moratória propriamente dita, a análise cronológica dos discursos do presidente permite identificar uma escalada retórica inversamente proporcional ao nível das reservas cambiais sob posse do Banco Central do Brasil. A necessidade de mudança de atitude em relação à negociação com os credores externos faz-se frequentemente presente nos pronunciamentos presidenciais. Modificação esta que, se no início é sinalizada por declarações pautadas pela diplomacia, abandona paulatinamente o tom conciliatório, como quando por ocasião da segunda reunião ministerial da Nova República, em 17 de junho de 1985, o presidente afirma que “é evidente que teremos que equacionar a dívida interna e a dívida externa, projetadas ambas contra o pano de fundo da nossa dívida maior, que é a dívida social

⁸ À predominância do tratamento pessoalizado ao dirigir-se à sociedade, fenômeno de fácil observação na história brasileira, a autora remete o conceito de “imperialização” da figura do presidente da República.

⁹ FAORO, Raymundo. *A democracia traída*. Entrevistas. São Paulo: Globo, 2008. p. 89.

contraída [...] para com os que vivem na linha da pobreza ou abaixo dela.”¹⁰

O interesse público em relação ao problema da dívida externa aumentava à medida em que a situação do balanço de pagamentos se deteriorava. O elevado número de perguntas realizadas por jornalistas acerca deste tema nas três entrevistas coletivas concedidas à imprensa pelo presidente da República em 1985¹¹ sinaliza esta crescente preocupação. Em todas as ocasiões, as respostas oferecidas por Sarney evocavam um motivo maior para justificar a imperiosidade de uma renegociação “soberana” dos termos da dívida: a impossível combinação de se lograr o desenvolvimento econômico com a manutenção da transferência de recursos aos bancos credores nos patamares vigentes.

Subterfúgio ou não, o argumento do presidente não estava desprovido de lógica política. Sabedor de que a recessão em muito contribuiu para a falência do regime militar, seu governo não poderia abdicar, pois, de expressivos índices de crescimento econômico para, entre outros fins, dissipar a desconfiança que desde sempre lhe rondava. Seu discurso frisava, contudo, outros aspectos negativos em se render a “teorias abstratas que nos condenam à estagnação”¹², ao elaborar a retórica e simplista associação de que “a recessão significa desemprego, e o desemprego representa fome e problemas sociais.”¹³

Além disso, o presidente frequentemente recorria à tese da soberania nacional para justificar o direito de o Brasil renegociar sua dívida em termos mais vantajosos para o país. Caberia ao governo brasileiro, e não a atores externos, empenhar os seus recursos de acordo com as suas convicções, rejeitando qualquer “fórmula de negociação [que represente] para o nosso país uma maneira de substituição de atos do governo ou de decisões do nosso governo.”¹⁴ Ainda neste sentido, quando indagado por um jornalista qual seria a diferença entre a postura de seu governo e a adotada pelo seu antecessor em relação à negociação da dívida, Sarney ofereceu resposta contundente: “a diferença fundamental é que a política em relação à dívida externa deste governo é voltada a não aceitar nenhuma submissão a qualquer organismo internacional que

¹⁰ SARNEY, José. *Palavras do Presidente José Sarney*. Vol. I. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1985a. p. 14.

¹¹ A primeira, em 17 de junho, em Brasília; a segunda no dia 2 de julho, no Rio de Janeiro, concedida à imprensa estrangeira; e a terceira, em 14 de agosto, no Uruguai.

¹² SARNEY, José. *Palavras do Presidente José Sarney*. Vol. II. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1985b. p. 136.

¹³ *Ibid.*, p. 13.

¹⁴ *Ibid.*, p. 13.

represente uma interferência na política que o governo deseja traçar no sentido da retornada do desenvolvimento econômico dentro do país.”¹⁵

O primeiro argumento de cunho político que pode ser depreendido de seus pronunciamentos referia-se à consolidação da democracia. Ciente da fragilidade institucional de um governo recém saído de um regime autoritário e sobre o qual os militares ainda exerciam influência relevante, Sarney ensaiou um tom de ameaça ao afirmar que, se abdicasse do crescimento econômico, o Brasil poderia experimentar “um grande risco político”, em função das incontroláveis convulsões sociais que se seguiriam, incompatíveis, segundo ele, com instituições democráticas em fase de consolidação.

Conforme anteriormente observado, a virulência das palavras do presidente variava conforme o público-alvo. Digna de nota é a sutil, porém perceptível, elevação no tom de suas declarações quando em viagens oficiais ao exterior. Em sua primeira visita a um país estrangeiro, em agosto de 1985, José Sarney, ainda no aeroporto internacional de Carrasco, em Montevidéu, repudiou a imposição de fórmulas importadas para a questão da dívida externa e afirmou que “só o crescimento vai permitir a abertura de horizontes de esperanças para vencer a miséria que ameaça a democracia recém-conquistada.”¹⁶ Ainda no Uruguai, na sede da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Sarney proferiu incisivo discurso em relação à questão da dívida externa dos países sul-americanos:

Vivemos hoje a mais grave crise que a nossa História registra [...]. Obrigados a honrar pesados compromissos financeiros, nossos países vêem dificultado nos mercados dos países credores o acesso de seus produtos de exportação. Com o crescente protecionismo, multiplicam-se as nossas dificuldades para gerar os saldos com que poderíamos pagar nossas contas. Custosos projetos de ajustamento econômico, que sacrificam legítimas aspirações sociais de nossos povos, esbarram no descontrole das taxas de juros internacionais, cuja imprevisibilidade é função de políticas econômicas praticadas de forma unilateral.¹⁷

Mas foi no púlpito das Organizações das Nações Unidas (ONU), por ocasião da abertura da XL Assembleia Geral das Nações Unidas, que o presidente brasileiro alertou, pela primeira vez, para a possibilidade de que não fossem honrados os compromissos financeiros referentes à dívida externa. Em longo e beligerante discurso, Sarney ressaltou a inevitabilidade de mudanças na maneira como a questão vinha sendo conduzida até então, sob risco de rupturas indesejáveis, uma vez que “essa política debilita as lideranças civis, torna explosiva a crise social, ameaça

¹⁵ Ibid., p. 14.

¹⁶ Ibid., p. 136.

¹⁷ Ibid., p. 147.

as instituições, compromete a ordem e, conseqüentemente, é uma ameaça às estruturas democráticas.”¹⁸ Em dura acusação, inferiu que a prática comercial das nações desenvolvidas perpetua a situação de injustiças, pois, segundo ele, “para aumentar nossas dificuldades, os mercados dos países desenvolvidos fecham-se às nossas exportações. Multiplicam-se as barreiras protecionistas, somos injustamente acusados de práticas desleais de comércio [...] e o nosso esforço se faz, justamente para transferir divisas para os mesmos centros que nos atacam e discriminam.”¹⁹

Expondo diretamente a posição do governo brasileiro em relação à dívida externa, afirmou que a “nossa tradição é cumprir os compromissos externos. Mas temos o dever de alertar o mundo de que o quadro existente tem que ser reestudado. Necessita de outro ordenamento. Porque é injusto. E tudo o que leva o germe da injustiça, do *absurdo*, não sobrevive.” Em tom emotivo, delegou ao sofrimento da população brasileira a justificativa para que não mais se arcasse com os pesados ônus financeiros: “nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível solicitar sacrifícios adicionais de uma população depauperada como a nossa.” No mesmo passo, continuou: “temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque débito pago com miséria é conta paga com a democracia.” E finalizou o discurso com uma ameaça nada velada: “ou conscientizamo-nos de que a solução da dívida externa é uma tarefa conjunta de credores e devedores, ou arriscamo-nos a atear fogo no barril de pólvora que ameaça o continente.”²⁰

Exatamente um ano após dirigir-se ao mundo através do parlatório da ONU, o presidente brasileiro voltou aos Estados Unidos em visita oficial, sendo recebido por seu par estadunidense, Ronald Reagan. Nessa ocasião, Sarney foi menos enfático em relação aos problemas trazidos à economia brasileira pela rolagem da dívida externa, enfatizando somente os benefícios que uma maior integração comercial e produtiva entre os dois países lhes traria. Em seu discurso, abordou o tema com maior cautela do que já fizera em outros foros, talvez por se encontrar em solo dos principais bancos credores brasileiros. Apenas tangenciou as dificuldades que a rolagem da dívida trazia aos países pobres, lembrando que “os *spreads* elevados que os bancos cobram e o alto nível das taxas de juros reais impedem os países devedores de crescer e, assim, de verem reforçada sua capacidade de pagamento.”²¹

¹⁸ Ibid., p. 275.

¹⁹ Ibid., p. 276.

²⁰ Ibid., p. 280, grifo nosso.

²¹ SARNEY, José. *A Palavra do Presidente: Discursos e Mensagens*. 1986. Brasília:

Ainda em território norte-americano, durante a solenidade em que recebeu a medalha de ouro da Sociedade Pan-Americana, em Nova Iorque, o presidente voltou a referir-se ao tema com a mesma brandura com que fizera dias antes no Capitólio. Diante de empresários, Sarney afirmou que “vamos nos dedicar agora ao ajustamento definitivo do setor externo, o que inclui uma ampla renegociação da nossa dívida [...] para reduzir o montante de pagamentos e assim podermos importar os bens de que necessitamos para sustentar nosso crescimento.”²²

Já nas vezes em que se dirigiu à população em cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente recorreu mais uma vez à cara (e abstrata) tese da soberania nacional. Na primeira delas, em 22 de julho de 1985, num pronunciamento repleto de sentimentalismo, José Sarney apelou ao nacionalismo para abordar tema tão delicado e de repercussão incerta junto à população:

O Brasil jamais será caudatário de ninguém. Nem das grandes potências, nem nos pequenos conflitos. Mas no interesse do nosso próprio país não vacilaremos em ser firmes. Estamos enfrentando uma difícil negociação da dívida externa. Com os banqueiros e com o FMI. Não podemos admitir que a intransigência dogmática de organismos financeiros internacionais imponha ao país uma política recessiva desnecessária. Nós, homens de Estado, lidamos com fatos e não com teoremas [...]. *A dívida, portanto, tem um patamar político e o Brasil não abdica do seu direito de discuti-la*, lutando por todos os meios para afirmar seus direitos e sua soberania. Brasileiros, meus irmãos, compatriotas: se formos dignos do presente, as gerações do futuro se orgulharão de nós. Tenho consciência de que sou o presidente de um grande país e de um grande povo. Juntos, levantemos as mãos para dizer adeus ao pessimismo. A hora é de coragem e fé.²³

Ao assumir abertamente o viés político subjacente à negociação da dívida externa, o presidente indicou o estratagema que seria utilizado pela nova equipe econômica do governo. Independentemente do nível das reservas internacionais, o Brasil forçaria uma negociação política em relação à rolagem dos débitos. Essa reiterada ênfase sobre o caráter “injusto” da dívida dos países em desenvolvimento denunciava, de acordo com o raciocínio do presidente brasileiro, a prevalência de motivos não econômicos que justificassem a imperiosidade de uma renegociação ou até mesmo de uma medida extrema, como o *default*.

Na última reunião ministerial de 1986, a dois meses do anúncio da moratória, Sarney voltou a utilizar-se de um tom quase chauvinista para galgar apoio em sua dividida e hesitante equipe. Embora a decisão pela moratória ainda não tivesse sido acatada, em função, talvez, dessa

Presidência da República, 1989a. p. 533.

²² Ibid., p. 539.

²³ Ibid., p. 242, grifo nosso.

cisão interna, o presidente já demonstrava sinais de que não restava outra estratégia senão a ruptura ao afirmar que “não negociaremos jamais a soberania do país. Não admitiremos que a sangria de divisas nos lance no abismo político e social. O maior compromisso que o Brasil tem é o de manter a dignidade de seu povo. É inconcebível que a poupança nacional enriqueça os cofres das nações ricas, sacrificando nosso projeto de desenvolvimento.”²⁴

O presidente parecia procurar adesão à medida, à qual lhe parecia não restar alternativa, entre todos os setores da sociedade. Em 19 de dezembro de 1986, diante de uma plateia composta pela alta cúpula das Forças Armadas, José Sarney abusou de um linguajar caro ao círculo militar para tentar justificar possíveis retaliações à decisão que se aproximava:

Sofremos grandes pressões. Teremos de ser fortes, para negociar com firmeza e soberania. Sabemos que é muito difícil o caminho da libertação econômica. Sabemos que temos que contar somente com nossos próprios recursos, naturais e humanos. Esse caminho é longo. Mas o difícil é começar. O Brasil já começou.²⁵

E até na mensagem de boas-vindas ao Santo Padre, por ocasião de sua visita ao Brasil em janeiro de 1987, o tema da dívida externa não foi olvidado pelo presidente. Ao receber João Paulo II em Brasília, José Sarney não abdicou da contribuição técnica oferecida pela Santa Sé para criticar os efeitos deletérios dos juros cobrados sobre nossa dívida externa e para anunciar que nossa odisseia contra os credores internacionais não era solitária:

É, pois, muito oportuno que Vossa Santidade traga tão importante aporte para uma profunda reflexão sobre esse problema, suas origens, seu alcance e consequências morais e materiais para toda a humanidade [...]. É preciso que as inúmeras discussões e negociações recebam a orientação inspiradora de uma incontestável autoridade moral, para que, de acordo com princípios éticos, se possa chegar a soluções justas e duradouras, para além da frieza dos números e dos cálculos econômicos, com solidariedade e fraternidade humanas.²⁶

Faz-se relevante ressaltar o alarde sobre o problema da dívida externa canalizado em direção à população, em detrimento da atenção despendida aos deputados federais e senadores. Ciente da baixa receptividade que medida de tal repercussão encontraria no meio

²⁴ Ibid., p. 675.

²⁵ Ibid., p. 688.

²⁶ SARNEY, José. *A Palavra do Presidente: Discursos e Mensagens*. 1987. Brasília: Presidência da República, 1989b. p. 35.

político – principalmente entre os setores mais conservadores, dos quais o presidente paulatinamente se aproximava –, foram demasiadamente sutis as referências à dívida externa que o governo encaminhou ao parlamento nas “Mensagem ao Congresso” de 1986 e 1987. Na primeira, limitou-se a dizer que “essa situação, intolerável a longo prazo por seus efeitos sobre o crescimento, exige a renegociação dos termos da dívida.”²⁷ Já no ano seguinte, informou apenas que “a boa receptividade do Programa de Estabilização pela comunidade financeira internacional possibilitou ao Governo um acordo favorável de refinanciamento das amortizações devidas em 1985/86, com substituição da taxa de juros de referência, redução dos *spreads* e supressão das comissões cobradas antecipadamente.”²⁸

Citando Tancredo Neves, a máxima repetida à exaustão pelo presidente Sarney, e que permearia todo o processo de renegociação da dívida, não atingiu, porém, seu objetivo de conquistar corações e mentes entre a população brasileira. Ao bradar que não se poderia “pagar a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome, nem com a democracia”²⁹, o presidente não contava com a articulação de setores conservadores da imprensa, do empresariado e do meio político que lograriam, estes sim, vender à opinião pública a conveniência do jejum compulsório, se preciso, para a manutenção a qualquer preço do *status quo*.

A partir dos pronunciamentos presidenciais, levantam-se algumas considerações acerca da decisão de se decretar a moratória. Fomentada pela equipe econômica que assumiu o Ministério da Fazenda em agosto de 1985, a ideia de suspender unilateralmente o pagamento dos juros não seduziu o presidente desde o primeiro momento. A deterioração das contas externas contribuiu para dirimir sua resistência, mas, ao que tudo indica, não de maneira decisiva. O cenário de tragédia nacional resultante do naufrágio do Plano Cruzado requeria alguma medida compensadora, tamanho vácuo de esperança que se abria no país. O caráter eminentemente político em que o presidente imbuíra a questão da dívida externa denotava sua intenção de imprimir-lhe o estigma de ameaça à soberania nacional e, assim, atrair para a pré-calculada moratória – e, em última análise, para si próprio – o apoio da população.

²⁷ SARNEY, José. *A Palavra do Presidente: Discursos e Mensagens*. 1986. Brasília: Presidência da República, 1989a. p. 31.

²⁸ SARNEY, José. *A Palavra do Presidente: Discursos e Mensagens*. 1987. Brasília: Presidência da República, 1989b. p. 26.

²⁹ SARNEY, José. *Palavras do Presidente José Sarney*. Vol. II. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1985b. p. 280.

A palavra do ex-presidente: redenção e o benefício do tempo

José Sarney demonstrou obsessão em justificar a suposta correção das medidas adotadas por seu governo como talvez nenhum outro ex-presidente o tenha feito. Escritor prolífico, forneceu à historiografia política e econômica vasta obra contendo a sua versão para os fatos ocorridos em seu mandato. Ao assumir posições consideravelmente conflitantes em relação àquelas encontradas nos solenes discursos pronunciados enquanto exercia a Presidência da República, Sarney contribui, ainda que de maneira não isenta, para o aprofundamento do debate acerca de fenômenos observados durante a metade final da década de 1980.

Entre revelações inéditas e constatações já conhecidas, vêm ao encontro do escopo deste trabalho dois temas específicos reiteradamente abordados pelo ex-presidente: a crise de legitimidade em meio à qual assumiu o governo e, na esteira dos desdobramentos do Plano Cruzado, o contexto político e econômico em que a moratória da dívida externa foi decretada, em fevereiro de 1987.

Em relação ao primeiro tema, Sarney não se utilizou de meias palavras para assumir sua condição de fragilidade tão logo tomou posse, em março de 1985: “o ministério e o governo não eram meus, não me tinham fidelidade e compromisso³⁰. Por outro lado, as forças que formavam a Aliança Democrática não me aceitavam, porque fui vice-presidente para viabilizar a vitória de Tancredo no colégio eleitoral, mas tinha a marca de um egresso do PDS. Minha primeira tarefa, árdua, paciente e persistente, foi a de legitimar-me.” (SARNEY, 1995, p. 163).

Mais reveladora ainda é a sua análise acerca da possibilidade de algum aborto institucional contra o seu mandato em momento de tamanha instabilidade por que passava o país: “meus horizontes eram a renúncia, a deposição, o descontrole do Estado.”³¹ Discorrendo acerca das adversidades que encontraria ao assumir o governo, o ex-presidente elenca os motivos de sua fragilidade:

Cinco presidentes, no Brasil, assumiram marcados para não terminar seus mandatos: Bernardes, Café, Juscelino, Jango e eu [...]. Eu tinha tudo para não terminar o mandato. Aliás, eu não tinha condições de começar. Era um vice-presidente fraco, que não participara das escolhas do governo nem fora consultado, alguns setores das Forças Armadas, fiéis ao presidente

³⁰ A indisposição da equipe herdada era tamanha a ponto do próprio ex-presidente revelar que: “alguns ministros nem no olhar me poupavam de saber que não me aceitavam nem por mim tinham simpatia.” SARNEY, José. *Vinte anos de democracia*. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 44.

³¹ *Ibid.*, p. 76.

Figueiredo, olhavam-me com muitas reservas. Todo o esquema das forças políticas me era hostil. Eu vinha de uma facção que não estava constituída em partido, era um grupo difuso, pertença a um estado pequeno, sem grupos econômicos, de uma região vítima de preconceitos (retirantes, bóias-frias etc.), toda a mídia contra mim e a opinião pública me vendo como um homem do antigo regime, que aderira a Tancredo por motivos de sobrevivência política. Qualquer passo em falso e eu estaria perdido.³²

Filiado ao partido havia menos de nove meses, Sarney assume que o deputado paulista e presidente do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), Ulysses Guimarães era quem, de fato, detinha o poder: “eu fiquei no cargo, mas o poder político ficou na mão do Ulysses³³. A herança política do Tancredo era do Ulysses [...]. Eu não tinha força nenhuma de sustentação para ser presidente. Tive que construir essa legitimidade³⁴. Seu primeiro desafio foi o de garantir o apoio das lideranças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica: “de saída, estabeleci as diretrizes que guiarão minha ação na área militar. A transição seria feita com as Forças Armadas, e não contra elas. Não admiti revanchismo.”³⁵

Pacificada a relação com a cúpula militar, o presidente recorreu, ainda em 1985, aos chamados “pacotes” políticos: “eu tinha de buscar um caminho próprio que me levasse diretamente à opinião pública [...]. Eu resolvi, então, abrir todas as portas à liberdade.”³⁶ Reforça a sua posição arrolando as medidas por ele determinadas:

É claro que essa decisão [abertura] tinha seus custos: 12 mil greves, imprensa com total independência e sequiosa de testar seus limites que, como se viu, eram ilimitados. Legalizei logo o Partido Comunista e convoquei a Constituinte unicameral. O objetivo era claro: romper os bolsões de pressão, criar espaços onde a energia para contestação fosse liberada. Era o caminho da minha legitimação.³⁷

³² SARNEY, José. Desafios do poder. In: BASTOS, Evandro de O. (Coord.). *Sarney: o outro lado da história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 24-25.

³³ Além do poder político, pode-se afirmar que o peso de Ulysses Guimarães também prevaleceu nas decisões econômicas, uma vez que, segundo Sarney: “Bresser foi indicado pelo PMDB e quem fez o anúncio foi o Dr. Ulysses. Eu tinha convidado o Tasso Jereissati para ser o ministro da Fazenda. Ele era muito entrosado com a equipe econômica, era nordestino, o que, na minha cabeça era algo importante, era empresário. Mas Ulysses teve uma reação grande, por causa de São Paulo, fez uma pressão grande, o Tasso não aceitou e eu disse a Ulysses: ‘então, agora, você escolha o ministro da Fazenda.’ E ele indicou o Bresser.” SARNEY, José. *Vinte anos do Plano Cruzado*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 90-91.

³⁴ *Ibid.*, p. 77.

³⁵ SARNEY, José. Desafios do poder. In: BASTOS, Evandro de O. (Coord.). *Sarney: o outro lado da história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 27.

³⁶ SARNEY, José. *Vinte anos de democracia*. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 42-43.

³⁷ SARNEY, José. Desafios do poder. In: BASTOS, Evandro de O. (coord.). *Sarney: o outro*

Já em relação ao papel político representado pelo Plano Cruzado, Sarney tergiversa ao assumir seus objetivos extra-econômicos: “quando eu já estava segurando um pouco as rédeas do governo, comecei a me preocupar com a parte da economia como parte do processo de legitimação³⁸.” Sua determinação era tamanha que até mesmo as dificuldades técnicas do plano não lhe desviavam do foco: “antes do Cruzado, havia muito mais dúvidas nas cabeças dos técnicos do que na minha. E por uma razão muito simples: *eu estava empenhado em uma luta de legitimação do governo*, enquanto os economistas tentavam erigir uma estrutura lógica, intemporal.”³⁹

O ex-presidente delegou a motivos políticos a impossibilidade de adotar a parcimônia no combate à inflação: “eu sabia que não poderia fazer um plano ortodoxo, nem seguir nenhuma norma de conduta de cartilha internacional. Se o fizesse, iria optar pela recessão, pelo desemprego, pelo atraso. Recusei-me a fazer isso.”⁴⁰ Somava-se à necessidade de impedir uma retração econômica a sempre presente necessidade de legitimação: “eu não tinha poder político para fazer isso [a recessão], eu não me sustentaria, o governo seria condenado a cair. Eu tive a grande tarefa de primeiro legitimar-me no poder e essa tarefa eu fiz.”⁴¹

Para rechaçar as acusações de que o plano estava imbuído somente de objetivos políticos, Sarney delega ao ineditismo da medida os erros técnicos e a sobrevida dada ao congelamento dos preços: “eles [os economistas do governo] não sabiam o que era o Cruzado e não sabiam como consertá-lo.” Sem cerimônia, assume os objetivos políticos, ainda que não eleitorais, do plano: “[ainda assim] deu certo. Graças a ele, nós fizemos a Constituinte, a transição democrática, e mais ainda, ele também foi um plano de natureza política.” E conclui afirmando que “a economia era importante [...], mas ela era apenas a base de sustentação do nosso projeto político. Esse era o fundamental.”⁴²

Político sim, eleitoreiro, não. O ex-presidente recusa peremptoriamente a ilação de que o Cruzado obedeceu à racionalidade do calendário eleitoral, hipótese aventada pelos que se opuseram ao plano:

Fico perplexo quando se fala que o Cruzado foi eleitoreiro. Que foi feito ou usado para ganhar eleição. Ora, nenhum político faz qualquer coisa em

lado da história. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 30.

³⁸ SARNEY, José. *Vinte anos do Plano Cruzado*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 70.

³⁹ SARNEY, José. Desafios do poder. In: BASTOS, Evandro de O. (Coord.). *Sarney: o outro lado da história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 36, grifo nosso.

⁴⁰ SARNEY, José. *Vinte anos de democracia*. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 51.

⁴¹ *Ibid.*, p. 146.

⁴² SARNEY, José. *Vinte anos do Plano Cruzado*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 74-76.

fevereiro visando ganhar eleição em novembro, ainda mais um plano novo, sem precedentes, cheio de riscos. *Eu nunca pensei em eleições; pensava, isto sim, na legitimação do governo, sua capacidade de mover-se [...]. O Cruzado era, em primeiro lugar, uma questão política, cheia de riscos [...].* E, politicamente, salvou a transição, matando para sempre o saudosismo e qualquer tipo de retorno. Provou que a democracia era melhor que a ditadura.⁴³

Ainda assim, o senador maranhense não nega que o plano acarretou benefícios eleitorais aos seus aliados nas eleições do dia 15 de novembro de 1986: “o Cruzado deu fôlego ao governo, legitimou o presidente e serviu de bandeira na eleição que escolheu os governadores e os constituintes. O projeto político da abertura estava intimamente ligado ao Cruzado.” Sarney demonstrou enorme contrariedade, contudo, em relação a alguns dos técnicos que poderiam ter-lhe garantido a consagração que tanto almejava caso não o induzissem a editar o chamado Cruzado II: “hoje, muitos deles [economistas que geriram o plano] posam de gênios, de donos da verdade. Pode até ser que hoje sejam donos da verdade, mas naqueles dias não era e alguns chegaram a exibir enorme fragilidade ética.”⁴⁴

Em relação à dívida externa, José Sarney reforça o caráter político que procurou conferir ao problema: “lutamos nos organismos internacionais por um tratamento político da dívida.”⁴⁵ Relembra ainda o alerta feito diretamente ao presidente dos Estados Unidos: “ouvi do presidente Reagan que a dívida era um problema meramente bancário. Disse-lhe que a dívida tinha um aspecto político e, por isso mesmo, o governo americano teria de entrar no problema e não deixar só os banqueiros nele.” (SARNEY, 1995, p. 232).

Quando indagado diretamente a respeito do processo que culminou com a decisão pela moratória, o ex-presidente sumarizou sua conduta:

O Brasil não tinha recursos para pagar sua dívida. Vivia de tomar empréstimos para amortizar o principal e pagar juros, desde 1982. Tancredo deu a diretriz do seu comportamento na famosa frase, “não vamos pagar a dívida externa com a fome do povo”. Quando assumi, nossas reservas eram baixíssimas. Procurei acertar uma tomada de posição conjunta dos países devedores. Os países ricos respondiam aos nossos apelos com a alegação de que a dívida era simplesmente um problema econômico e nada tinha de político. Levantei a bandeira de tinha chegado a níveis estratosféricos pelo aumento, unilateral, dos juros internacionais. Quando ele entrou em dificuldade, nossas reservas não aguentavam três meses de importações básicas. A única saída que tínhamos era suspender o pagamento da dívida. A

⁴³ SARNEY, José. Desafios do poder. In: BASTOS, Evandro de O. (Coord.). *Sarney: o outro lado da história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 30, grifo nosso.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 36.

⁴⁵ SARNEY, José. *Vinte anos de democracia*. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 50.

moratória não era, portanto, uma decisão de voluntarismo político, era uma realidade técnica: não tínhamos dinheiro.⁴⁶

Tentando corroborar a imperiosidade técnica desde sempre alegada, Sarney revelou as nuances do processo de tomada de decisão: “eu não tinha informações sobre o problema das reservas cambiais. De certa forma, o Dílson estava meio enganado com as perspectivas que foram dadas a ele de empréstimos que iriam entrar⁴⁷ [...]. Quem me contou que as reservas estavam lá embaixo foi o Rubens Ricupero [assessor especial de Sarney no Planalto].” A equipe econômica reforçava, assim, a necessidade de interromper a rolagem da dívida: “Chamei o Dílson lá no Alvorada, o Belluzzo, o João Manuel. Eles me comunicaram qual era a situação. O Belluzzo me perguntou: “o senhor tem coragem de fazer a moratória?” Eu disse: “é necessário?” Eles disseram que era, que era uma moratória técnica.”⁴⁸

A justificativa para essa maquiavélica missão? A ameaça que um governo esquerdizante representava ao sistema financeiro arquitetado pelos Estados Unidos: “se o nosso projeto desse certo, nós mudávamos todo o sistema deles, não é? Se o Brasil resolvesse sem ir ao FMI, capitaneando a solução da dívida externa de uma forma diferente e com um plano heterodoxo, acabaria o sistema que eles adotaram.”⁴⁹

Decretada a moratória e tão logo se reconheceu o suposto equívoco da medida, inúmeras justificativas surgiram para atenuar a posição do governo brasileiro. À desarticulação dos países devedores, Sarney delegou parte da responsabilidade pelo fracasso da empreitada: “outro fator importante foi, sem dúvida, a falta de coesão no problema da dívida dos países da América do Sul, mais endividados. Alguns presidentes tinham acordado comigo que tomaríamos atitudes solidárias”, articulação que revela, portanto, a desde sempre aventada possibilidade do calote

⁴⁶ SARNEY, José. Desafios do poder. In: BASTOS, Evandro de O. (Coord.). *Sarney: o outro lado da história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 47.

⁴⁷ A omissão de seu ministro da Fazenda não se deveu à insubordinação propriamente dita. Teria havido um enigmático elemento oculto, suposto funcionário do governo americano por trás da tarefa de desinformar as autoridades brasileiras: “Os americanos começaram a enganar o Funaro. Disseram ‘olha, nos vamos depositar US\$ 1,5 bilhão para vocês e não sei o quê.’ O Funaro começou a acreditar em fantasmas. Ele sempre me dizia que o Japão ia nos dar US\$ 2 bilhões e tanto, fulano vai ajudar. Nada disso era verdadeiro. Mas ele acreditava. Ele me disse que tinha uma pessoa no Departamento do Tesouro americano, que vinha aqui falar com ele, que aprovou o plano, o Cruzado II, e não sei o quê! [...]. Era um sombra. O Funaro dizia que era amigo dele. Então esse homem é que fazia a ligação com o Funaro. Hoje eu tenho absoluta certeza que esse homem desinformava o Funaro e botava coisas na cabeça dele.” SARNEY, José. *Vinte anos do Plano Cruzado*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 85.

⁴⁸ SARNEY, José. *Vinte anos do Plano Cruzado*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 82-83.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 86.

temporário. No momento de concretizar a medida, entretanto, viu-se desamparado: “quando assumi a decisão de fazer uma moratória técnica, ficamos sós e enfrentamos a fúria internacional.”⁵⁰ (SARNEY, 1995, p. 232).

Na única ocasião em que assumiu alguma expectativa de retorno político em relação à moratória, Sarney também aponta para a ausência de apoio interno como outro fator responsável pelo fracasso quase imediato da ruptura: “o erro foi anunciar a moratória numa solenidade. Nós achávamos, naquele tempo, que a grande bandeira política era fazer a moratória. E que isso de certo modo nos daria um respaldo político. Resultado: ninguém ficou conosco. Nem o PT, que era a favor. Ficaram todos contra a moratória. Fiquei eu com a moratória na mão como se fosse coisa minha.”⁵¹

Diante da absoluta ausência de apoio à medida – tanto interno, quanto dos atores estrangeiros –, o ex-presidente confirma ter se arrependido imediatamente após as primeiras manifestações de repúdio, delegando à sua ingenuidade o erro cometido⁵²:

Foi um grande erro político. Primeiro, porque o poeta José Sarney ficou acima do presidente e julgou que abriríamos caminho para provocar uma solução justa para o problema da dívida. Sonhou que teríamos o apoio dos países devedores, muitos deles que tinham acenado com a essa possibilidade. Segundo, porque julgou que teria uma frente interna coesa, apoio da oposição (que diariamente pedia essa medida) e todas as forças nacionalistas. Não teve apoio de ninguém. Os países devedores procuraram aproveitar a decisão do Brasil para fazerem acordos separados e o fizeram. A oposição e as forças internas estavam mais interessadas em ver o fracasso do governo Sarney do que em forçar a solução da dívida. E não deram respaldo nenhum.⁵³

⁵⁰ A confissão *ex-post* contrasta com o otimismo exibido em 10 de abril de 1987, quando, explicando aos brasileiros o suposto apoio recebido pelo país, exalava uma confiança suspeita: “nós temos recebido a solidariedade de países do mundo inteiro. Chefes de Estado de todos os continentes têm-se solidarizado com o Brasil.” SARNEY, José. *Conversa ao pé do rádio*. Vol. 1. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1990. p. 280.

⁵¹ SARNEY, José. *Vinte anos do Plano Cruzado*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 83, grifo nosso.

⁵² Ao comentar o fracasso político da medida, o ex-presidente reconheceu as inconveniências políticas que a audácia lhe trouxe: “Errei e paguei caro. Foi uma decisão política errada. No mais, recebemos uma reação internacional arrasadora. Paradoxalmente, esquerda e direita se uniram contra a moratória! Reconheço a minha ingenuidade ao pensar que o Brasil poderia enfrentar essas forças externas e que as forças que me combatiam tinham por objetivo salvar o Brasil e resolver a questão da dívida. Em vez de aliados e motivação de apoio, a moratória transformou-se em instrumento de ataque ao governo. Enfim, os pressupostos estavam errados, inclusive a minha boa-fé. Eu não avaliei bem a repercussão da palavra moratória no mundo financeiro. Era uma palavra satanizada.” SARNEY, José. *Desafios do poder*. Op. cit., p. 49.

⁵³ SARNEY, José. *Desafios do poder*. In: BASTOS, Evandro de O. (Coord.). *Sarney: o outro lado da história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 47-48.

Por fim, assume que se tratou da medida da qual mais se arrepende de ter adotado enquanto ocupou a Presidência da República: “a [medida de] que mais me arrependo, foi a moratória. Aquela foi uma decisão errada. Havia certa pressão política. E, depois, todos os que pregavam aquilo me deixaram sozinho.”⁵⁴ Ainda assim, não abdica dos pressupostos unicamente econômicos que o teriam persuadido a tomar tal caminho: “foi realmente um problema técnico, não foi uma decisão política [...]. O erro foi a maneira como se formulou a moratória. Que nós tínhamos que suspender os pagamentos, tínhamos.”⁵⁵

A esta confissão deve ser oferecida atenção especial. Em primeiro lugar, em se tratando de uma decisão imperiosamente técnica, não haveria motivo para tamanho arrependimento, uma vez que se deveria, portanto, consentir com a inevitabilidade da ocasião. Além disso, a demonstração de pesar do presidente sugere que se esperava algum tipo de benefício político, já que os resultados econômicos iniciais superaram as expectativas da própria equipe do Ministério da Fazenda.

A análise das apreciações tecidas por José Sarney revela as contradições existentes entre o discurso oficial e as verdadeiras intenções que o fizeram avaliar a medida. Se durante o processo de negociação com os credores Sarney trabalhou para divulgar a causa política em que, segundo ele, a questão da dívida externa deveria ser imbuída, o ex-presidente, vinte anos após a ruptura, passou a delegar o confronto levado às últimas consequências somente a fatores puramente econômicos, o que o eximiria, assim, dos indesejáveis resultados colaterais.

Tal incongruência entre a percepção corrente e apreciação *ex-post* revela a conveniência da hipótese defendida neste artigo. O argumento é reforçado quando se demonstra que, a despeito da fundamentação técnica em que se baseou a equipe econômica do governo, a moratória não respondeu à escassez de divisas cambiais propriamente ditas, uma vez que se pretendia, primordialmente, elevar as negociações junto aos credores externos a outro patamar qualitativo, o que expõe o caráter político que a precipitou.

Considerações finais

A sequência de fatos históricos que levou José Sarney à Presidência da República responde por parcela significativa da crise de legitimidade que açoitou os cinco anos de seu mandato. As inúmeras aspirações

⁵⁴ SARNEY, José. *Vinte anos de democracia*. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 141.

⁵⁵ SARNEY, José. *Vinte anos do Plano Cruzado*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 83-84.

políticas, reprimidas havia duas décadas pelo regime autoritário, terminaram por estreitar ainda mais o já tênue equilíbrio de forças sobre o qual o presidente governou o país. Desamparado pela classe política, Sarney procurou nas ruas o apoio necessário a um presidente carente de credibilidade.

Egresso da mais antiga e conservadora linhagem de políticos nordestinos, a figura de Sarney contrastava diretamente com os propósitos que haviam derrotado Paulo Maluf no colégio eleitoral. Ávida por mudanças, a sociedade brasileira negou apoio àquele que havia trabalhado explicitamente para derrotar a emenda das eleições diretas. A rejeição popular contribuiu para que o *establishment* nacional se arredasse ainda mais do já contestado presidente, lançando-o em um verdadeiro vácuo político.

A análise do discurso presidencial contribui para embasar os argumentos defendidos neste trabalho. Ciente de que não contaria com a benemerência do Congresso Nacional, José Sarney tratou de fazer do Plano Cruzado, primeiramente, e da negociação da dívida externa, um ano depois, suas principais bandeiras políticas, tendo pretendido, através do tom ufanista em que os envolveu, angariar o apoio interno de que tanto necessitava. A dissonância entre o aspecto político da questão ressaltado pelo governo desde 1985 e a suposta imperiosidade técnica em que teria se calcado a moratória – argumento apresentado pelo presidente, vinte anos mais tarde, como sua única justificativa – revela o esperado bônus político que a ruptura não logrou a atingir.

A lógica de se arcar com custos tão elevados quanto os decorrentes desta ruptura internacional não carecia, portanto, de um preciso cálculo político. A esperada retaliação externa pouco influenciaria a decisão diante da desde sempre presente necessidade, por parte do presidente José Sarney, de galgar a adesão dos mais diversos setores da sociedade brasileira. É neste sentido que se justifica a racionalidade política das medidas heterodoxas de ampla repercussão junto à opinião pública. Ao apelo chauvinista da moratória não faltou embasamento técnico. O pretendido bônus político, entretanto, mostrou-se decisivo para persuadir um presidente da República com as credenciais supracitadas a patrocinar medida de tamanha excentricidade.

Recebido em: 21 de março de 2015.

Aprovado em: 10 julho de 2015.